

CGU vai reavaliar 234 sigilos impostos por Bolsonaro

234 AO TOTAL. Medida foi tomada após ordem de Lula no dia da posse; entre os casos que serão analisados estão os temas de segurança pública e informações pessoais

CGU vai reavaliar sigilos impostos por Bolsonaro

» A CGU (Controladoria-Geral da União) vai analisar 234 casos de sigilo estabelecidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) entre 2019 e 2022. Entre os casos, estão os temas de segurança pública e informações pessoais.

Após um decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no dia da posse, o CGU criou uma comissão para avaliar a adequação de 2,5 mil pedidos negados via LAI (Lei de Acesso à Informação) por Bolsonaro. Os casos mais conhecidos estão o cartão de vacinação do ex-presidente e informações sobre a gestão do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, hoje deputado.

Conforme o ministro Vinicius de Carvalho, da CGU, os 234 a serem analisados serão:

- 111 de segurança nacional;
- 35 de segurança do presidente;
- 49 informações pessoais;
- 16 de atividades de inteligência;
- 23 de outros gêneros.

Nos quatro anos, o governo Bolsonaro negou 64,5 mil pedidos via LAI alegando sigilo por questões de segurança.

Em tom crítico, Carvalho afirmou que houve um "retrocesso na transparência de acesso à informação" e "banalização" do uso de algumas justificativas.

Entre os que estão pendentes, a secretária-executiva da CGU, Vânia Vieira, citou:

- Entrada dos filhos do ex-presidente em prédios públicos;
- Lista de passageiros e voos da FAB (Força Aérea Brasileira);
- Sigilos sobre as prisões do ex-jogador Ronaldinho Gaú-



MARCOS CORRÊA/FP

Entre os casos mais conhecidos colocados em sigilo está o cartão de vacinação do ex-presidente

cho no Paraguai e do médico bolsonarista Victor Sorrentino no Egito;

- Sigilos relacionados a registros de armas de fogo;
- Estoque de vacinas armazenadas no Ministério da Saúde.

Questionado se as informações de Pazuello poderiam a vir a público, ele disse que "nas próximas semanas" os julgamentos "serão publicizados".

Para fazer a análise, a CGU dividiu os sigilos impostos por Bolsonaro em 12 temas, que devem nortear se os sigilos devem ou não ser mantidos. Entre os temas estão:

Registros de entrada e saída de prédios públicos: a análise diz que são "passíveis de acesso público", com exceções específicas previstas na lei.

Registros de entrada e saída de residências oficiais: devem

Nos quatro anos, o governo Bolsonaro negou 64,5 mil pedidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) alegando sigilo por questões de segurança

ser protegidas, com exceção de agendas oficiais ou ao se referirem a agentes privados que vão representar interesses do setor privado.

Procedimentos disciplinares de militares: são "passíveis de acesso público", respeitando a privacidade dos servidores. É neste enunciado que entra o caso de Pazuello.

No dia da posse, Lula assinou um decreto em que mandava a CGU reavaliar os sigilos de Bolsonaro, conhecidos popularmente como "sigilos de 100 anos", em até 30 dias, para avaliar se eles tinham base jurídica para serem de fato sigilosos ou não.

Lula optou por um decreto que colocava os pedidos à disposição da CGU em vez de um "revogaço" - tão prometido em campanha. (Lucas Borges Teixeira - FP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Gazeta de S. Paulo - São Paulo/SP

Seção: Brasil + Mundo **Caderno:** A **Página:** 10